



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Comissão de Fiscalização Financeira e Controle

REQUERIMENTO Nº , DE 2012
(Dos Srs Rubens Bueno e Roberto Freire)

Requer a realização de audiência Pública para debater a compra da empreiteira Delta pela holding J&F.

Senhor Presidente,

Requeremos a V. Exa., com base no art. 24, c/c art. 255 e art. 256, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados – RICD, seja realizada Audiência Pública para debater a compra da *empreiteira Delta* pela *holding J&F*, que recebeu nos últimos anos um aporte de mais de R\$ 10 bilhões do Banco de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDS e controla o Frigorífico JBS, que tem entre seus acionistas o Governo Federal com 30% das ações.

Para tanto, solicitamos convidar as seguintes personalidades:

- **SR. HENRIQUE DE CAMPOS MEIRELLES**, Presidente do Conselho de Administração do holding J&F (*ex-presidente do Banco Central do Brasil*);
- **SR. LUCIANO GALVÃO COUTINHO**, Presidente do Banco de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDS; e
- **SR. CARLOS ALBERTO VERDINI**, Presidente da empreiteira Delta.

JUSTIFICATIVA

No dia 09/05/2012, a holding J&F, que controla o grupo JBS, anunciou a compra da empreiteira Delta, que está no centro das investigações da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito – CPMI sobre a organização criminosa comandada pelo bicheiro Carlinhos Cachoeira.



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Comissão de Fiscalização Financeira e Controle

O interesse da J&F por este negócio no mínimo causa estranheza, no momento em que a empreiteira Delta está prestes a ser declarada “inidônea” pela Controladoria Geral da União – CGU, e com isso perderá todos os contratos que detém com o Poder Público e ficará impedida de participar de processos de licitação.

Em razão de a holding J&F ter recebido investimentos do BNDS (dinheiro público) que somam mais de R\$ 10 bilhões e ter como sócio o Governo Federal com 30% das ações do frigorífico JBS – maior empresa processadora de alimentos de origem animal – faz-se necessário que parlamento brasileiro acompanhe todo o processo desta operação que pode ser a tentativa de salvar com dinheiro público uma empresa acusada de corrupção e denunciada por crime contra o erário.

Sala da Comissão, 10 de maio de 2012.

Deputado Roberto Freire
PPS/SP